

# OS SENTIDOS DO TRABALHO NO BRASIL VARGUISTA: HISTÓRIA, DISCURSO E ATUALIDADE

## THE MEANINGS OF WORK IN BRAZIL VARGUIST: HISTORY, SPEECH AND CURRENT

Maycon Douglas Vieira dos Santos **1**

**Resumo:** O principal objetivo deste artigo é analisar a construção e reformulação dos sentidos do trabalho, mais precisamente no primeiro governo Vargas, e como esses sentidos moldaram as relações entre as classes dominantes e trabalhadoras. Para isso, analisarei os discursos presidenciais que eram proferidos nas comemorações do dia do trabalhador, tentando captar os elementos que compunham esta concepção sobre a categoria, bem como suas reformulações e adaptações, e se através destes discursos seria possível enxergar fissuras que podem revelar as intensas e silenciosas lutas de classes entre os dirigentes e trabalhadores. Minhas intenções também giram em torno de evidenciar como a memória discursiva sobre o trabalho que fora construída nesta época ressoa e opera nas relações sociais ainda nos dias de hoje.

**Palavras-chave:** Trabalho. Getúlio Vargas. Discurso Trabalhista.

**Abstract:** The main objective of this article is to analyze the construction and reformulation of the meanings of work, more precisely in the first Vargas government, and how these meanings shaped the relations between the dominant and working classes. For this, I will analyze the presidential speeches that were given in the commemoration of Labor Day, trying to capture the elements that made up this conception about the category, as well as its reformulations and adaptations, and if through these speeches it would be possible to see cracks that can reveal the intense and silent class struggles between leaders and workers. My intentions also revolve around showing how the discursive memory about the work that was built at this time resonates and operates in social relations even today.

**Keywords:** Work. Getúlio Vargas. Labor Speech.

## Introdução

No dia 14 de fevereiro de 1995, em uma fala a despeito de um projeto lei que fora aprovada naquele dado período, Fernando Henrique Cardoso (FHC) proferiu em bom tom que era “o fim da Era Vargas”. Responsável por inúmeros e polêmicos discursos, isso também pode ser visto como um amontoado de significados simbólicos que ressoam muito mais do que realmente foi dito. Em uma rápida leitura da reportagem feita pela Folha de São Paulo<sup>1</sup> acerca desse dia em questão, poderíamos nos indagar o que de fato poderia significar o fim da “Era Vargas”, sendo que o governo de Getúlio findou-se concretamente em 1954, ano de seu suicídio. Quais os traços de continuidade no plano político, econômico e/ou social que desde o governo Vargas permaneceu até o período onde fora conclamado por FHC o seu fim? Era o fim exatamente no seu sentido “puro” ou havia algum aspecto em específico?

Seguindo à risca o que fora noticiado, tratavam-se da lei de concessões, cujo principal objetivo era atrair investimento do capital privado, bem como desmonopolizar certos eixos econômicos e tirar do Estado o seu caráter “investidor”, passando agora a ser, segundo FHC, fiscalizador e regulamentador. Temos em alguma medida, uma provisória resposta do que significava o “fim da Era Vargas”. Sob esta ótica, poderíamos dizer que Vargas e seu governo haviam deixado um legado de economia estatal, bem como o caráter corporativo que marcara de forma indelével as relações entre Estado e população, e que agora com esta lei, demarcaria o fim destes aspectos que, em sua visão, permaneceram e que se fazia necessário acabar de uma vez por todas.

É certo dizer que, quando FHC está falando deste fim, mobiliza um discurso que revela o caráter predatório e violento dos grupos neoliberais que encontrara no então presidente seu maior representante. Mas, esta não é a seara que pretendo enfrentar neste trabalho. O que gostaria de deixar de antemão é que o fim da “era Vargas”, na verdade, poderia significar também a reformulação das relações do Estado no seu sentido econômico, e que invariavelmente, transformou as relações de trabalho e produção, onde o Estado “lavou suas mãos” e entregou de bandeja grandes empresas estatais que gradativamente foram sendo privatizadas. Esse foi o passo inicial do que hoje conhecemos como a precarização ou “uberização” do trabalho, no qual contratos trabalhistas são cada vez mais destituídos das garantias que o trabalhador aos poucos vê no horizonte o seu fim. Mas, isto não é feito de maneira isolada. Está intimamente relacionado com o contexto histórico no qual esses debates e ações estão situados.

Num outro tempo, mais precisamente nos tempos de Vargas, esta categoria tomou uma importante proporção, no qual a operação sobre a mesma implicava em desnudá-la de seus aspectos negativos, visto que o “trabalho” quase sempre esteve associado ao processo de escravização da população africana. O trabalho era visto como um sacrifício, algo dispendioso. Com o fim da escravidão, e conseqüentemente, com o processo de industrialização brasileira, o trabalho não mais podia ser encarado desta maneira. Há outras implicações que fogem desta lógica causalista, e que pretendo discuti-las ao longo deste artigo. Quais os novos sentidos do trabalho? Quais são as bases discursivas que operaram neste processo de ressignificação?

Os debates acerca desta temática são cercados de armadilhas. Portanto, não pretendo ser uma espécie de defensor dos “bons” feitos de Getúlio, advogando a ele os fundamentais direitos trabalhistas que foram conquistados pela classe trabalhadora. No entanto, também não conseguiria deixar de perceber como as relações entre governo e sociedade que caracterizam o aspecto institucional do Estado Novo solidificou a visão paternalista de Vargas sob os trabalhadores. Em outras palavras, se o sucesso obtido por Vargas no que tange a sedimentação deste novo sentido que a categoria “trabalho” tinha a partir de então, este não pode ser encarado como que exclusivamente vertical, de cima pra baixo, do governo para a população. Talvez a melhor maneira de pensar nestas novas significações do trabalho, seria também inserir as silenciosas, mas, importantes, lutas de classes que foram gradativamente sendo apagadas pelo discurso institucional em nome da “paz social” e da “harmonia entre as classes”.

Como podemos ver, laboriosa é a tarefa de se empreender a respeito desta categoria. No entanto, creio ser necessário e relevante discutir sobre o tema, ainda mais no contexto em que se testemunha as deformidades das leis trabalhistas e da insistência neoliberal de extingui-las, bem

<sup>1</sup> FHC diz que lei é fim da “era Vargas”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 de fevereiro de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/14/brasil/26.html>. Acesso em; 15 abr. 2021.

como a precarização do trabalho se tornando cada vez mais naturalizada no âmbito social. Logo, ao fazer o exercício de retorno ao passado varguista, muito mais do que procurar as origens “positivas” de valorização do trabalho, intenciono historicizar os sentidos do trabalho, bem como demonstrar que a sua valoração se dá por meio de determinações políticas e econômicas, na medida em que se entende que não há nada de inocente ou heroico em garantir o funcionamento das leis trabalhistas, bem como sua deslegitimação.

Portanto, o principal objetivo deste artigo é analisar a construção e reformulação dos sentidos do trabalho, mais precisamente no primeiro governo Vargas, e como estes sentidos moldaram as relações entre as classes dominantes e trabalhadoras. Para isso, analisarei os discursos presidenciais que eram proferidos nas comemorações do dia do Trabalhador, tentando captar os elementos que compunham esta concepção sobre a categoria, bem como suas reformulações e adaptações, e se através destes discursos seria possível enxergar fissuras que podem revelar as intensas e silenciosas lutas de classes entre os dirigentes e trabalhadores. Minhas intenções também giram em torno de evidenciar como a memória discursiva sobre o trabalho que fora construída nesta época ressoa e opera nas relações sociais ainda nos dias de hoje.

### **Ditadura Varguista e o alvorecer do “trabalhismo”**

Chamo atenção, primeiramente, ao título desta seção, qual seja, aquilo que está sendo nomeado como o período histórico chamado de “ditadura varguista”. Período este compreendido entre os anos de 1930 e 1945, onde Getúlio Vargas governou o país de maneira ininterrupta, galgando sua permanência no poder através de jogadas políticas e golpes de Estado. Para tal, caminho na esteira do historiador Jorge Ferreira, quando nos diz que “a afirmação de Vargas, num de seus discursos, visava legitimar a ditadura com o fim dos partidos e do Congresso, sugerindo a ligação orgânica entre chefe e povo” (FERREIRA, 1990, p. 183). Esse foi um dos primeiros estudiosos a traçar uma linha distinta daquelas já consagradas pela historiografia tradicional.

Reafirmo novamente que dentro deste debate, bem como as questões que orbitam nele, há inúmeras armadilhas. E, talvez, intento aqui perfilar por um caminho que também está rodeado de certos perigos teóricos e epistemológicos. No entanto, este caminho me faz vislumbrar que somente será possível compreender o período aqui delimitado como uma “ditadura”. Eni Orlandi (2003, p. 35) já nos alertara que “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro”. Vale ressaltar que fora o próprio Getúlio e seu intenso aparato propagandístico que mobilizou a nomeação de seu governo como sendo um novo estado, ou Estado Novo, bem como a circulação inicial da ideia de que o período que antecedia 1930 pudesse ser conhecido como a “República Velha”. Como sabemos, a nomeação de um período histórico revela as tensões do período em si, bem como da maneira com que os historiadores e estudiosos do passado compraram ou invalidaram aquela nomeação.

No caso deste período, ainda que provisoriamente, podemos inferir que houve a manutenção desta nomenclatura, apesar de que já é possível ver que recentes pesquisadores estão optando em substituir a “República Velha”, por “Primeira República”. No entanto, parece que há uma cristalização dos sentidos atribuídos ao que ficou conhecido como “Estado Novo”. Fazendo relação com a ideia de esquecimento cunhada pela Eni Orlandi, se o dizer poderia ser dito de outra maneira, este não foi, pelo menos não de forma inconsciente, visto que havia um projeto de nação que significava no termo “Estado Novo”, e que Getúlio Vargas investiu pesadamente para que fosse significado de um jeito e não de outro. Desse modo, podemos inferir que a intencionalidade da nomeação serve a um propósito definido.

Ora, quando Vargas proferia que a justificativa de um Estado mais autoritário e centralizado era uma possível “ameaça comunista”, estava então realizando e construindo uma narrativa que perdurou por muito tempo, e até mesmo trabalhos acadêmicos, ao invés de tecerem críticas a este período, o endossaram de diversas maneiras. Temos o exemplo de um artigo escrito por Otavio Pinto e Silva, onde seu principal objetivo era avaliar a “a relação existente entre a Revolução de 1930 que encerrou com um período histórico do Brasil conhecido com o a ‘República Velha’ e o surgimento de um novo Estado cuja principal característica [...] é a de um acentuado intervencionismo”

(PINTO; SILVA, 2000, p. 177-178). Embora haja certa crítica sobre o caráter corporativista adotado pelo governo Vargas, o mesmo não deixou de encarar este período como sendo algo que surge, o nascedouro de um novo estado, que deixa o que é “velho” para trás.

Era esse o intento de Vargas ao nomear seu próprio governo como Estado Novo, e este sentido positivo e valoroso, permaneceu na memória discursiva desse período, o que pode ser vislumbrado em artigos como aquele citado acima. Se levarmos em consideração o que Foucault (2005) denomina como discurso, conseguimos compreender de maneira crítica e objetiva o quanto o ato de nomear que fora elaborado pelo governo Vargas não teve nada de inocente ou foi realizada de maneira despropositada. Segundo Foucault (2005),

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2005, p. 8-9).

Se a produção do discurso é controlada, selecionada, vemos que os signos do Estado Novo, ao mesmo tempo em que se atribuía o caráter inaugural de um progresso e prosperidade nacional nunca antes visto na história política brasileira, ao passo em que era inserido uma forte economia industrial, bem como uma ampla legislação trabalhista, tudo o que era encarado como “novo” foi enquadrado nos tempos varguistas, deixando os aspectos oligárquicos e até mesmo rurais para uma “república velha”.

A problemática se encontra no fato de que essa nomenclatura, na qual diz ser um período novo, não deixou de ter traços de continuidades com o “velho”. E esse traço fora apagado, esquecido, e diluído no antagonismo do velho, que graças ao golpe de Estado de 1937, fora instaurado um “novo”. Para além disso, esse termo silenciou e ainda silencia, violentamente, as intensas lutas e formas de resistência ao regime varguista, visto que não se pode apreender o mesmo como sendo aceito de maneira passiva pela sociedade como um todo. A mesma questão pode ser dita sobre a relação entre o Estado e os trabalhadores. Houve um enorme esforço discursivo para se criar uma espécie de “mito de doação” das leis trabalhistas por parte do Governo Vargas, onde de bom grado, foi criado todo um aparato institucional que visava o bem estar e os direitos dos trabalhadores. Junto a isso, a classe trabalhadora brasileira de maneira unívoca teria aceitado este amparo, consagrando enfim, Getúlio como o “pai dos pobres”.

E esta, uma das armadilhas teóricas de apreender esta relação, é a que procuraremos evitar. E, para tal, irei me alinhar aos debates empreendidos pela historiadora Ângela de Castro Gomes (1994) e Jorge Ferreira (1990), bem como do cientista político Adalberto Paranhos (1996). Estes foram os primeiros estudiosos a inaugurarem uma outra perspectiva sobre a ditadura varguista, no qual como já citado anteriormente, era este o nome dado, e, portanto, encarado dentro de um escopo autoritário e repressivo. Esses também inseriram os trabalhadores como atores históricos, e logo, agentes imprescindíveis para a realização da política trabalhista construída neste período. Ainda segundo Ferreira

[...] construído a partir de um golpe político-militar e, portanto, carente de legitimidade, o regime inaugurado por Vargas em 1930 disseminou por toda a sociedade uma produção de cunho político e cultural que afirmava a necessidade histórica do novo governo. Para os trabalhadores, em particular, o Estado nos anos 30 e 40 tornou-se produtor de bens materiais e simbólicos, a fim de obter deles a aceitação e o consentimento ao regime político (FERREIRA, 1990, p. 180).

O autor ainda comenta que por carecer de legitimidade, não se pode conceber o regime

getulista como autoritário o suficiente para não precisar negociar, ou até mesmo ceder a certas pressões advindas da sociedade. Em outras palavras, me proponho a pensar, conforme Ângela de Castro Gomes (1994), que não houve doação, e, sim, um pacto entre as classes trabalhadoras e o Estado varguista. A saber,

a classe trabalhadora, ao trocar legislação social por obediência política, estaria realizando um cálculo de custos e benefícios cuja lógica é predominantemente material e individual. O trabalhador almejava estes novos direitos e por isso concordou em aderir politicamente ao regime, isto é, a seu modelo de sindicalismo corporativista tutelado e a todos os seus desdobramentos (GOMES, 1994, p. 193).

Logo, é nesses limites teóricos que me proponho avançar nos objetivos que tracei anteriormente para este trabalho: primeiramente, nomeei o período delimitado sendo conhecido como “ditadura varguista”, na medida em que penso o caráter autoritário e repressivo como substancial, tentando também me distanciar de qualquer aspecto próspero, de algo novo, e que mesmo se assim fosse, não deveria ser visto como de cima pra baixo. Para tal, gostaria de pensar a integração da classe trabalhadora para entender de forma mais contundente os novos sentidos atribuídos ao “trabalho”. Essa categoria, reformulada através dos discursos que começaram a circular com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, fora fortemente reimpressa nas comemorações do dia do Trabalhador, principalmente entre os anos 1940.

Adalberto Paranhos (1996) nos diz enfaticamente que a ideologia que surgiu em torno do que ficou conhecido como “trabalhismo” é resultante das confluências e das perspectivas classistas. Ainda mais, “[...] é possível identificar nela as impressões congênicas deixadas pelas lutas das classes trabalhadoras” (PARANHOS, 1996, p. 10). Vale ressaltar que o engendramento deste conceito se dá pelos estudos de Ângela de Castro Gomes, que em seu livro *A Invenção do Trabalhismo*, a mesma diz que o Trabalhismo, além de uma ideologia calcada no pacto recíproco entre os trabalhadores e Vargas, é também uma cultura política que visava tomar a “palavra operária” e institucionalizá-la em políticas de amparo social. Esse conceito será debatido mais adiante, porém, assim como afirma Francisco Palomanes Martinho (2016),

Assim, a escolha de Alexandre Marcondes Filho como novo Ministro do Trabalho, obedeceu à necessidade de implementar uma política de mobilização que garantisse a permanência de Vargas em um sistema democrático. A este esforço de mobilização, Ângela de Castro Gomes chamou de “invenção do trabalhismo” (MARTINHO, 2016, p. 461).

## **Os sentidos do trabalho e a “fala roubada”**

Nesta seção, pretendo delinear, seguindo os passos de GOMES (1994), sintetizando de forma pragmática, as formulações da questão do trabalho, que segundo a autora, antecedeu os anos varguistas, até chegar ao *trabalhismo*. No alvorecer da República, mais precisamente em 1890, surgiu o primeiro jornal operário, sugestivamente chamado de “A voz do povo”. Ângela (1994) ressalta que embora este periódico tivesse antecedentes ainda no período imperial, é a partir de então, com uma imprensa se tornando cada vez mais liberal, que a “palavra” do trabalhador passa a ser representada por seus pares.

É significativo, então, dizer que as primeiras operações positivas a respeito do trabalho, ainda que de maneira pontual e isolada, foram engendradas por trabalhadores. Segundo a autora, “no momento posterior à Proclamação, um grupo de homens de tradição nas lutas pelos direitos dos que trabalham, e também, nas lutas pela República, se associou em torno de um jornal que traduzia o lançamento de uma proposta” (GOMES, 1994, p. 23). Esta proposta visava inverter os valores vinculados à prática de trabalhar, que segundo o jornal, assim como o ideário que circulava

no período, era vista de maneira depreciativa. “O trabalho não mais poderia ostentar o sinal da desgraça e do atraso, como acontecia na escravidão” (Idem, 1994, p. 23).

O segundo ponto discursivo das ideias defendidas por estes homens diz respeito à visão messiânica e restauradora da República. Segundo eles, o republicanismo iria favorecer o tão esperado e sonhado progresso que o país finalmente atingirá. Ângela (1994, p. 24) nos diz que “a República era [na visão do jornal] o regime da ordem e do progresso entendido como o resultado do trabalho, que nos tempos modernos se confundia com a atividade industrial”. Portanto, as difusas ideias e concepções que giravam em torno da República se aglutinavam com essa nova perspectiva sobre o trabalho, propagandeada no jornal em questão. Vale lembrar que não havia consenso e muito menos unidade nos projetos republicanos que disputaram o espaço político no início da República. Alguns desses projetos, de cunho liberal, traziam consigo este horizonte de expectativa de ordem e progresso, que só viria através da força do trabalho.

E o terceiro e último ponto, seguindo as palavras de Gomes,

Era finalmente uma proposta política: ser a voz dessa parcela do povo, até então simplesmente ignorada pela sociedade ou vista como um somatório de valores negativos. Era preciso construir uma identidade social para o operário e dar-lhe lugar e presença no mercado [...] era preciso em decorrência defender a legitimidade de sua participação política (GOMES, 1994, p. 24).

Portanto, os anos iniciais da República, sobretudo nos anos de 1920, houve uma intensa mobilização para que a imagem do trabalhador - o proletariado - figurasse como um elemento de prosperidade e progresso para sociedade. Jornais, sindicatos e associações foram criados e a “palavra operária” estava neste momento com a classe trabalhadora. No Estado Novo, a causa trabalhista passou a ser instrumentalizada via política governamental. A “palavra” deixa de estar com os trabalhadores e se concentra na personalidade de Vargas. Porém, essa transferência não ocorre de maneira abrupta. Ângela nos explica que a política trabalhista de Vargas reimprimiu em suas ações aspectos da luta dos trabalhadores anterior à década de 1930. Logo, realizou-se uma simbiose entre os ideais defendidos pelos trabalhadores do início da República com novas dinâmicas políticas do então “Estado Novo”.

Caminhando nesta perspectiva, Jorge Ferreira (1990, p. 191) nos recorda que “ao mesmo tempo, a lógica simbólica no discurso trabalhista apresentou os benefícios sociais como uma atitude generosa que exigia reconhecimento, e fundamentalmente, reciprocidade”. Sendo assim, a participação dos trabalhadores no processo de desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a valorização do trabalho foi de fundamental importância para sua efetivação.

Logo, retomo o que já foi discutido anteriormente sobre o pacto entre trabalhadores e governo. Ainda que de maneira fragmentária, houve inúmeras tentativas de traçar movimentos de cunho trabalhista, feito por eles próprios, com intenções que visavam conquistar direitos políticos e sociais. Este traço, que surgiu antes dos tempos de Vargas, é um daqueles traços de continuidades, e que põe em xeque aquela ideia de que no Estado novo, tudo era novo. Porém, insisto na ideia de que esse processo não pode ser encarado como uma política de “doação” das leis trabalhistas do Estado para os trabalhadores de maneira verticalizada. As classes trabalhadoras, beneficiadas por essas novas políticas sociais, não estavam alheias ou indiferentes. Pelo contrário. Seus embates por direitos atravessaram os primeiros anos republicanos, e sua concretização não era vista como algo doado por Getúlio ou pelo Ministério do Trabalho, e sim como um contrato social de reciprocidade entre estes e o Estado, cabendo ao segundo a garantia de que estas leis serão alcançadas pelos trabalhadores. E aos trabalhadores, cabia-lhes obediência, e principalmente, sua participação política como uma figura legitimadora do Governo.

Temos então alguns aspectos discursivos elementares que compuseram o que ficou denominado como “ideologia do trabalhismo”. Segundo Paranhos,

Nessas condições, simultaneamente à legislação social promulgada no Governo Vargas, entra em gestação a ideologia do trabalhismo. O Estado, à sua moda, procuraria apropriar-se da palavra operária, reelaborando-a, tanto quanto possível, ao sabor dos interesses dominantes. O que importa destacar [...] é justamente a influência exercida pelas ideologias dominadas na produção das ideologias dominantes e/ou oficiais. As marcas impressas pelas lutas operárias se tornam bem perceptíveis (PARANHOS, 1996, p. 8).

Paranhos desenvolve a ideia de que o processo que circula o período em que a ideologia do trabalhismo é gestada, para além de um pacto, é também aquilo que denomina de “o roubo da fala”, título de sua dissertação, inclusive. Para Adalberto, houve uma apropriação da “palavra” do trabalhador por parte do Estado Varguista, e nesse “roubo”, ocorre uma reformulação e readaptação desta “fala”, onde é devolvido como forma de mito, o “mito da doação”. Ainda segundo o autor, “Estava ai a razão de ser da imagem paternalista que se forjará em torno de Vargas e do Estado” (PARANHOS, 1996, p. 23).

E é justamente nesse processo que se é reformulado os sentidos do trabalho, atribuindo novos significados simbólicos, e até mesmo ressignificando as antigas lutas proletárias, apagando todas as possíveis formas de resistência (proibição de greves, aparelhamento estatal de sindicatos) e tornando o discurso oficial do governo como aquele que inaugura este “novo tempo” para os trabalhadores do Brasil. O esforço discursivo para legitimar esta ideologia se dava principalmente em ocasiões comemorativas, como a do Dia do Trabalhador. A seguir, analisarei alguns discursos proferidos por Vargas nas comemorações do dia 1º de Maio, data essa vista como fulcral pelo governo para divulgar e tornar público as políticas de amparo social e trabalhista.

### **Dia do Trabalhador, dia de comemorar?**

Sinto-me impelido novamente a explicar o título que compõe esta seção, por duas razões: a primeira é que, de certa forma, convinha ao governo da época utilizar-se desta data “comemorativa” para discursar de maneira “triumfante” os feitos do Estado varguista a despeito das questões trabalhistas, e por este motivo que escolhi me deter aos pronunciamentos feitos por Getúlio Vargas nesse dia.

Segundo, o coloco em forma de indagação, pois, assim como ressalta Isabel Bilhão (2011), esta foi uma data colocada em “disputa”, onde ao longo do Governo Vargas, as comemorações foram sendo “[...] progressivamente apropriadas, tornando-se momentos muito importantes no esforço pedagógico e de legitimação realizado pelo Estado Novo” (BILHÃO, 2011, p. 71). Essas apropriações tornaram este dia como sendo “comemorativo”, visto que na Primeira República, esta era uma data em que eram realizados alguns protestos, greves, e reuniões, reivindicando, principalmente, melhorias na condição de trabalho. No entanto, vale lembrar que

[...] mesmo que seu significado e formas comemorativas tenham passado por profunda reconfiguração, privilegiando a estética, a propaganda e a difusão de seu ideário, mantiveram, ainda que ressignificada, parte dos traços rituais anteriores, permitindo o reconhecimento e sua identificação pelos trabalhadores que compareciam às festividades (BILHÃO, 2011, p. 71).

Feitas estas considerações, partiremos agora para a análise discursiva dos pronunciamentos de Vargas proferidos no dia do trabalhador, durante seu governo, mais precisamente entre 1938 e 1942. Todos estes pronunciamentos foram retirados do livro *Getúlio Vargas*, organizado pela Maria Celina D’Araújo, em parceria com a Câmara dos Deputados e publicado no ano de 2011. Eis o primeiro pronunciamento:

Rio de Janeiro, 1<sup>o</sup> de maio de 1938

*Operários do Brasil, no momento em que se festeja o Dia do Trabalho, não desejei que esta comemoração se limitasse a palavras, mas que fosse traduzida em fatos e atos que constituíssem marcos imperecíveis, assinalando pontos luminosos na marcha e na evolução das leis sociais do Brasil. Nenhum governo, nos dias presentes, pode desempenhar a sua função sem satisfazer as justas aspirações das massas trabalhadoras. Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho!*

Vargas iniciava talvez de maneira despropositada, clamando aos trabalhadores, e os chamava de “operários do Brasil”. Este, assim como outros, tornou-se o maior bordão de Getúlio. Arrisco dizer que esta proclamação fincou no imaginário social, e se alguém ler em algum lugar “trabalhadores do Brasil!”, automaticamente se recorda da figura de Vargas. Percebemos que até mesmo este bordão, em discursos posteriores, era falado de maneira planejada, pensando em cativar seu público trabalhador, e não apenas, mais um “trabalhador do Brasil”. Aqui, nessas três palavras, quando combinadas em uma conclamação, revela o projeto pedagógico de uma pretensa unicidade nacional. Ora, ele não pretendia falar somente aos trabalhadores de uma localidade, e ainda que nesse período não houvesse fábricas ou emprego para todos e em todas as regiões do Brasil, fazia-se necessário, aos olhos do Governo, fortalecer o sentimento nacional e de pertencimento e participação do progresso econômico e industrial da época.

Assim como Getúlio enuncia neste pronunciamento, esta data acabou se tornando o dia de tornar público “os fatos e atos” do Estado brasileiro para com as classes trabalhadoras, visto que o pacto não poderia ser firmado somente com “palavras”. Logo, esta solenidade, muito mais do que o intento de tomar o lugar de “pai” de seus “filhos trabalhadores”, era também um espaço de concretização do acordo entre trabalhadores e Governo. O mais interessante é a afirmativa incisiva de Vargas a despeito das “aspirações das massas trabalhadoras”, qual seja, a ordem e o trabalho. Vemos aqui, a “fala roubada”, pois como já fora demonstrado anteriormente, a junção dos valores republicanos com os sentidos do trabalho já era uma ideia que circulava por meio da imprensa proletária e que agora estava sendo reimpressa no discurso trabalhista do Estado Novo, atualizando e readequando aos moldes institucionais, visto que quem tinha conhecimento das aspirações das “massas obreiras” era o próprio Getúlio, e somente ele poderia “doar” de bom grado aquilo que as classes trabalhadoras tanto “queriam”. Getúlio prossegue dizendo que:

*O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando apenas o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social. Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno. Após a série de leis sociais com que tem sido amparado e beneficiado o trabalhador brasileiro, a partir da organização sindical, da Lei dos Dois Terços, que terá de ser cumprida e que está sendo cumprida, das férias remuneradas, das caixas de aposentadoria e pensões, que asseguraram a tranquilidade do trabalhador na invalidez e a dos seus filhos na orfandade, a Lei do Salário Mínimo virá assinalar, sem dúvida, um marco de grande relevância na evolução da legislação social brasileira. Não se pode afirmar que seja o seu termo, porque outras se seguirão!*

Destaco principalmente o que Vargas estava definindo, ou redefinindo, como trabalho, que a partir de então, não era mais visto como depreciativo, ou ancorado numa memória discursiva sobre a escravidão, e sim como o “maior fator de elevação da dignidade humana”. Esta reformulação dos sentidos da categoria “trabalho” moldou, certamente, as relações de trabalho, e assim como ressalta Jorge Ferreira, também modificou a “cultura política” dos trabalhadores, que, por exemplo, alguns deles mandavam cartas ao presidente da República, pedindo emprego, maiores salários, e realizando, assim, o cálculo de benefícios que era assegurado pelo Governo a partir de então.

Estes benefícios eram também parte da lógica discursiva de Vargas para tornar evidente o quão “benevolente” estava sendo com os trabalhadores, e que é destacado como um traço histórico que vai desde a lei de sindicalização de 1931 até a instauração do salário mínimo, que só iria ser posto em prática de fato a partir dos anos de 1940. Este era cancelado em seu pronunciamento como “um marco de grande relevância na evolução da legislação social brasileira”. Sem dúvida foi, mas não só em seus próprios termos, classificado como uma política de doação aos pobres trabalhadores, e sim também parte da corporificação da ideologia do “trabalhismo”, onde a participação dos trabalhadores se fazia essencial, pois a eles eram destinadas estas políticas e sem esta classe não faria sentido a criação de todo este aparato. Vamos agora para o segundo pronunciamento, proferido em 1940, no estádio Vasco da Gama:

*Rio de Janeiro, 1º de maio de 1940*

*Trabalhadores do Brasil!, aqui estou, como de outras vezes, para compartilhar as vossas comemorações e testemunhar o apreço em que tenho o homem de trabalho como colaborador direto da obra de reconstrução política e econômica da pátria. Não distingo, na valorização do esforço construtivo, o operário fabril do técnico de direção, do engenheiro especializado, do médico, do advogado, do industrial ou do agricultor. O salário, ou outra forma de remuneração, não constitui mais do que um meio próprio a um fim, e esse fim é, objetivamente, a criação da riqueza nacional e o surto de maiores possibilidades à nossa civilização.*

Pode-se inferir que neste discurso é realizado, de maneira mais nítida, o emolduramento do quadro que figurava o sujeito trabalhador ou o “homem de trabalho”. Duas chaves interpretativas podem servir de base para compreendermos o que compõe este sujeito. Seguindo a ótica varguista, o homem de trabalho é o “colaborador direto da obra de reconstrução política e econômica da pátria”. Vargas estava chamando mais para perto todos aqueles e aquelas que trabalhavam, para perceberem que o esforço de seu trabalho não era em vão, pois havia neste esforço, uma colaboração na reconstrução política e econômica da “pátria”. No entanto, esta colaboração não deveria ser feita de maneira autônoma e nem pelos próprios trabalhadores, e sim através do produto da repressão e do apagamento das lutas de classes, em prol desta reconstrução.

A segunda chave, e que coexiste com a primeira, diz respeito a uma suposta negação da distinção entre as diferentes classes trabalhadoras. Logo, também não haveria diferentes formas de tratamento, seja o “advogado” ou o “operário fabril”, todos estariam na mesma linha de igualdade. Ora, este também pode ser considerado um devaneio discursivo, com propósitos claros, evidentemente, de eclipsar os embates classistas, e de circular uma falsa ideia de que todos são iguais, desde que trabalhem, não importando qual cargo ocupem. Vargas ainda neste dia diz que:

*A despeito da vastidão territorial, da abundância de recursos naturais e da variedade de elementos de vida, o futuro do país repousa inteiramente em nossa capacidade de realização. Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão, é, a este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade. O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do governo, e sim de toda a nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram.*

E mais uma vez, vemos este sujeito trabalhador sendo elidido pelos aspectos nacionalistas e “patrióticos”, sob a justificativa de que todo esforço individual corroborava para uma ação coletiva. E ainda mais, ao invés de creditar ao Estado varguista como um mantenedor deste “progresso”, gostaria de pensar a maneira como, no discurso, este mesmo sujeito trabalhador que, aparentemente, está assujeitado, ao mesmo tempo é imprescindível sua presença para a “grande obra do progresso”. Logo, ainda que ao sabor dos dominantes, o trabalho estava sendo remodelado, bem como suas relações, este não poderia deixar de considerar a participação das classes trabalhadoras, e suas respectivas formas de organização e “cultura política”. Partiremos agora para o último pronunciamento aqui analisado:

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1942

*Trabalhadores do Brasil, este 1º de Maio, no qual celebramos, mais uma vez, em perfeita comunhão, os esforços realizados pelo engrandecimento da pátria, tem para nós significado especial, cheio de grandiosidade e de esperanças. Escolhi, precisamente, o Dia do Trabalho – Dia do Operário – para fixar a nossa posição em face dos acontecimentos mundiais e indicar o rumo a seguir no interesse da defesa e do progresso nacionais.*

A escolha de analisar este pronunciamento é também porque ele possui várias questões simbólicas e interessantes de se ressaltar, até porque não era a toa que Vargas escolheu este dia para “fixar a nossa posição em face dos acontecimentos mundiais”. Esta foi uma tomada de decisão que demarcou um ponto de inflexão do próprio regime varguista, e por que não dizer que foi o início de seu fim? O Brasil de Vargas tinha até então uma posição dúbia (e não neutra) em relação à Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que o governo getulista, ideologicamente, flertava com o nazismo, possuía fortes relações econômicas com os Estados Unidos, o que deixou o país em um “beco sem saída”.

Vargas, então, optou por estar ao lado dos Aliados, e corta todo o tipo de relação com a Alemanha nazista, o que desvelou as fissuras de seu próprio governo, que nada tinha de democrático, e muito era parecido com o autoritarismo vigente nos países fascistas da época. Esta foi uma das questões que se tornaram insustentáveis, e o que também levou à crise de seu governo. Porém, foi nesse período final que o Governo Vargas investiu, pesadamente, na propagação da ideologia do “trabalhismo”, bem como da reconfiguração de sua imagem, que passara a ser mobilizada como uma figura carismática. Getúlio prosseguiu dizendo que:

*A conflagração avassala todas as terras, todos os mares, todos os céus, e exige dos povos, beligerantes ou não, resoluções prontas e enérgicas. Ninguém a ela se pode furtar por completo. Por isso mesmo, cada um tem de aceitar o seu setor na luta, de acordo com as circunstâncias e as próprias possibilidades. O nosso é o da produção. O exército sois vós, obreiros do Brasil, e o objetivo a alcançar é a libertação completa do país dos retardamentos, fraquezas e dependências do passado.*

Utilizando a terminologia adequada para o contexto vivido naquela época, Vargas mais uma vez redimensiona os trabalhadores, agora como um “exército”, aglutinando o aspecto nacionalista com o da “produção”. A guerra das classes trabalhadoras era contra as “fraquezas e dependências do passado”, e elas unidas em prol da “libertação completa do país”, também sairia vitoriosa. É duvidoso acreditar que Vargas já antevia o fim de seu governo, mas, é possível perceber que através destes esforços discursivos, que certamente o Estado Novo estava se desfazendo, frente às questões internacionais, como a vitória dos Aliados, já não era mais compatível os valores antidemocráticos defendidos pelo seu regime.

## **A atualidade do discurso trabalhista**

Esta é uma seção que não tem o intento de trazer reflexões teóricas a respeito do assunto apontado pelo título. Acredito que este é um debate que está numa fase de consolidação e adensamento, denominado como a precarização ou “uberização” do trabalho. Importante dizer que os dois termos, embora confluentes, são distintos e o segundo, está intimamente mais relacionado aos fatos recentes que compõe os novos “mundos do trabalho”.

Mesmo assim, arriscarei traçar, em linhas gerais, o que estou chamando de “atualidade do discurso trabalhista”. Antes de qualquer coisa, as reformulações dos sentidos do trabalho que aqui foram discutidas estão especificamente ligadas ao contexto da ditadura varguista. Em outras palavras, o que ocorreu foi uma “atualização” do discurso sobre o trabalho, que fora reimprimida através das ideias que já circulavam anteriormente ao governo Vargas, e que já havia certo esforço para “positivar” os sentidos desta categoria.

Em outras palavras, penso ser necessário ter em mente que, ao estudar sobre as formas

e sentidos do trabalho, é basilar o ato de historicizar o que era concebido por trabalho, assim como sob quais determinações políticas e econômicas formularam e reformularam seus sentidos, além do mais, a maneira como ocorreu ou não a “atualização” das relações de trabalho. Se não, levamos a crer que ocorrera de fato uma política de “doação”, pois antes desse período, as classes trabalhadoras ou estavam desorganizadas, ou suas lideranças possuíam fortes posições anarquistas e socialistas, posições essas que foram duramente reprimidas ao longo de todo o governo varguista.

Mas será que este ponto nos ajuda a compreender os mais recentes sentidos do trabalho? A meu ver, parece que está ocorrendo novamente, nos dias de hoje, uma “atualização” dos sentidos e do discurso trabalhista. Nessa atualização, sobreviveram alguns resíduos que permaneceram na memória discursiva sobre o trabalho, na qual Fernando Henrique Cardoso uma vez disse enfaticamente que era o “fim da Era Vargas”, ou o fim dos formatos de trabalho, bem como dos benefícios garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, na qual a palavra da vez é, hoje, a “flexibilização do trabalho”.

Retomo aqui, utilizando os estudos da Ângela de Castro de Gomes, que o discurso trabalhista era destinado aos que trabalhavam. Isto quer dizer que, os benefícios sociais só serão alçados pelos indivíduos que possuíam emprego. Ou seja, este discurso demarcava as fronteiras dos grupos trabalhadores, bem como marginalizava os grupos sociais que não trabalhavam, destinando a eles uma espécie de “maldição”: a eles restavam adentrar ao mundo do crime, por exemplo.

Qual a relação desta fronteira do discurso varguista sobre o trabalho com a nova “atualização” de seus sentidos? Ao que tudo indica, há uma combinação dos aspectos morais do trabalho com a justificativa de repressão dos grupos minoritários e marginalizados de nossa sociedade. Em outras palavras, o “cidadão de bem”, que também é um “trabalhador que acorda às 5 da manhã” para ganhar “o pão de cada dia” é então agora, o “merecedor” da proteção do Estado, mesmo que os grupos que defendem este tipo de visão possui a falsa pretensão de minimizar os “tentáculos” estatais. Aos que não trabalham, seus destinos ou serão a mendicância ou a criminalidade. A esses, são destinados toda a força policial e repressora de um Estado que defendeu e ainda defende a propriedade privada, bem como seus proprietários, sobretudo os que trabalham.

Logo, o que vemos é que existe uma memória discursiva sobre o trabalho, que veio por meios das formulações engendradas no Estado Novo, mas também se vislumbra uma “atualização” que comporta somente os aspectos morais, e contraditoriamente, se vincula às novas formas de trabalho, que possui como horizonte de expectativa o findar das garantias de direitos trabalhistas, ainda mais com o fortalecimento das ideologias neoliberais que agora circundam os “mundos do trabalho”.

## Considerações Finais

Nestas últimas linhas, gostaria de trazer algumas informações importantes, bem como planar as reflexões que resultaram da presente análise empreendida neste trabalho. A primeira é que a questão do trabalho era mobilizada em quase todas as vezes que Vargas se pronunciava. Ou seja, não era somente no dia do trabalhador que se falava sobre trabalho. Vale lembrar que todos os discursos de Getúlio irradiados no programa “A Hora do Brasil” iniciava-se com seu bordão “trabalhadores do Brasil!”.

Vale ressaltar também que durante seu governo fora criada o Ministério do Trabalho, a Justiça do trabalho, os sindicatos oficiais do Estado, o imposto sindical, enfim, todo o aparato jurídico e social voltado exclusivamente para os trabalhadores. Todo este amparo elaborou o discurso trabalhista. Isso quer dizer que seus sentidos não eram reformulados somente quando Vargas enunciava sobre o tema. Logo, a concretização e a materialização dos direitos trabalhistas mantinham intacto o acordo firmado entre os trabalhadores e o Governo, e esta materialização que denominamos como “discurso trabalhista”.

Finalizo aqui com uma provocação teórica: a memória social de Getúlio Vargas, aparentemente, permanece intacta, imóvel, inclusive sendo reatualizada por meio de figuras políticas consideradas como “populistas”. Coloquei-me a todo o momento numa porta estreita, me distanciando de qualquer elogio que pudesse ser feito ao Vargas bem como a feitura de um “Estado Novo” que finalmente dera atenção aos “pobres trabalhadores”. Reconheço o quanto as estruturas

de poder determinam as ações dos grupos subalternizados. Porém, já não é mais possível encarar certos períodos e regimes políticos como sendo exclusivamente de cima pra baixo, ignorando a ótica popular, ou a relegando ao sabor dos grupos políticos dominantes.

### Referências

BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.31, n. 62, 2011.

FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.3, n.6, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Elites políticas e intelectuais e o Ministério do Trabalho – 1931/1945. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n.2, 2016.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

PARANHOS, Adalberto de Paula. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SILVA, Otavio Pinto e. A revolução de 1930 e o direito do trabalho no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 95, 2000.

Recebido em 31 de julho de 2020.

Aceito em 09 de março de 2021.